GOLPE DE VISTA

# A DEMOCRACIA NÃO TOLERA VIOLÊNCIA POLICIAL SOBRE MANIFESTANTES PACÍFICOS QUE LUTAM PELO DIREITO CONSTITUCIONAL À HABITAÇÃO!




Assembleia Popular em Viseu aprova solidariedade com manifestantes brutal e ilegalmente agredidos pela polícia em Lisboa e Porto e convoca para a manifestação da Plataforma Casa Para Viver, no Rossio de Viseu, às 3 horas do dia 14 de novembro

**(Comunicado de imprensa da Direcção da Associação Olho Vivo)**

Num país em que o salário mínimo é de 920 euros brutos, e o salário médio líquido é de 1.348 euros , sendo a mediana salarial mensal de 980 euros líquidos, o que não chega para pagar a renda de um T1 em Lisboa e no Porto (onde pode custar mais de 1.000 euros) e mesmo noutras cidades, e um quarto pode custar 500 ou 600 euros, o que obriga muitos jovens a desistir do ensino superior e de viver perto do local de trabalho, regressando a casa dos pais, e outros a não poderem sair dela para trabalhar e constituir família; com perto de 2 milhões de portugueses a viver abaixo do limiar de pobreza, incluindo 8,6% dos trabalhadores; e muitos portugueses, incluindo idosos, a serem despejados da casa onde viveram toda uma vida, devido à escandalosa especulação imobiliária, quem é que se admira de ver jovens e adultos a se organizar e mobilizar para reclamar do governo o cumprimento do dever constitucional de prover os cidadãos de habitação adequada, com políticas que promovam, "em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais" (Artigo 65.º da CRP - Constituição da República Portuguesa)?

As Câmaras Municipais podem triplicar o IMI de prédios devolutos se os proprietários não derem uso aos imóveis. Em zonas de pressão urbanística podem subi-lo até 10 vezes. Mas em Lisboa há quase 50 mil casas devolutas (30 mil há mais de 1 ano sem pagar água nem luz) e só 5 mil tiveram o IMI agravado. Portugal tem 723 mil casas vazias, quase metade estão prontas a habitar, mas só 250 mil estão no mercado.

Sucessivos governos não só não resolveram a crise de habitação, como ainda a agravaram, como aconteceu com a chamada "Lei Cristas", o que provocou muitas manifestações populares em todo o país, e agora, com o "Lei das Rendas" do atual governo, aprovada com os votos da direita e da extrema-direita, que levou a novas manifestações que têm sido caluniadas pelo governo e brutalmente reprimidas pela polícia. O FMI, o Banco de Portugal e o Conselho de Contas Públicas já alertaram para o efeito pernicioso dos apoios deste governo aos jovens até 35 anos no IMT e no Imposto de Selo na compra da primeira casa, que aumentaram a procura e fizeram subir em flecha os preços das casas, o que só beneficia os especuladores e os fundos imobiliários. Enquanto países como a Alemanha e Irlanda limitam a subida das rendas nos novos contratos, o governo, com o apoio da IL e do Chega, quer acabar com o limite de 2% ao aumento da renda e aumentar as rendas antecipadas e as cauções e facilitar os despejos por simples atrasos de oito dias no pagamento das rendas.

A Olho Vivo, enquanto Associação de Defesa dos Direitos Humanos, repudia veementemente a violência policial sobre os jovens que se têm manifestado pacificamente, em Lisboa e no Porto, por um direito humano fundamental, como é o da Habitação. As cargas da polícia de choque, exactamente à mesmo hora, em Lisboa e no Porto, demonstram uma coordenação ao mais alto nível, de que o ministro Luis Neves não deveria ser alheio. As suas declarações e as de outros membros do governo, e seus "proxies comentadeiros" na comunicação social, tentando colar os manifestantes à violência das ruas de França, desmentidas pelas reportagens das TVs, também responsabilizam o governo pela violência policial. Tanto mais quanto já se verificaram outras acampadas, de polícias que dormiram em tendas e sacos-cama em frente ao Parlamento, de sapadores bombeiros, de jovens da JSD e outros. Aliás, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou as acampadas e as vigílias, totalmente legais ao abrigo do Artigos 10.º [Liberdade de Expressão] e 11.º [Liberdade de realização de assembleias pacíficas] da Convenção Europeia dos Direitos Humanos que Portugal assinou.

As leis que têm sido invocadas pela polícia para desmantelar as acampadasn e agredir os manifestantes já foram consideradas inconstitucionais por vários juristas, como o Juíz Desembargador, Eurico Reis, que considerou que o Decreto-Lei 406/74 (que limita reuniões e ajuntamentos para além das 00.30 h), sendo anterior à CRP, fere o Artigo 18.º da Constituição, e não se pode sobrepor ao artigo 45.º da CRP que garante o direito de manifestação pacífica, "mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização", o que legitima a resistência pacífica dos manifestantes, conforme o artigo 21.º da CRP [Direito de resistência]: "Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública." Ou seja, as cargas policiais foram injustificáveis e ilegais, ao arrepio do artigo 25.º da CRP (" O Direito à integridade pessoal, "moral e física das pessoas é inviolável". Atacar manifestantes pacíficos à bastonada (Luis Neves só viu um bastão?!) tasers (eletrochoques) e cães não é admissível num Estado de Direito democrático. Da mesma forma que o dono de um cão de raça perigosa é obrigado a usar trela curta, também o governo é obrigado pela CRP a usar "rédea curta", ou seja, ter grande moderação no uso do monopólio da violência e nunca abusar desse poder contra cidadãos pacíficos no uso dos seus direitos cívicos.

Os comentários incendiários de vários ministros embalaram deputados da extrema-direita ("Encostemnos à parede!", dizia um, "Carrega PSP em cima deles!", disse outro, "arruaceiros e vândalos" disse o líder do partido com mais delinquentes no Parlamento), para provocar os manifestantes a reagirem de forma simétrica (talvez como temos visto noutros países da Europa) para justificar a violência policial. Mas os jovens demonstraram mais maturidade cívica do que o Governo e resistiram a provocações, isolaram infiltrados da extrema-direita, e apesar da violência policial que feriu 60 manifestantes, tendo dezenas de recorrer aos hospitais, e fez 55 detidos, continuam a lutar pacificamente pelo seu futuro.

Quando o presidente da Assembleia da República diz que "O direito à manifestação não se pode sobrepor ao voto dos portugueses", demonstra ignorar o Artigo 48.º da CRP [Participação na vida pública] que garante a todos os cidadãos "o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos". DIRECTAMENTE !

Apelamos ao Presidente da República, à Provedora de Justiça e ao Procurador Geral da República para virem a público em defesa clara dos direitos da Constituição que juraram cumprir e defender e apurarem as responsabilidades pelo injustificável grau de violência policial.

27 de Outubro de 2026

Pel' A Direcção da Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos,

***Carlos V. Castro (vice-presidente e coordenador do Núcleo de Viseu)***

**NÚCLEO DE VISEU DA OLHO VIVO - ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO, AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS**

email: olhovivo.viseu@gmail.com
telemóvel: 912522690
Facebook: Associação Olho Vivo - núcleo de Viseu



# CINCO ESTREIAS E COMPANHIAS DE CINCO PAÍSES NO 32.º FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO ACERT



O FINTA - Festival Internacional de Teatro ACERT, regressa a Tondela de 12 a 14 e de 19 a 21 de novembro. São dois fins-de-semana de reencontros, novas criações e propostas para todas as idades, numa edição, a 32.ª, que leva também o teatro a jardins de infância, lares e centros de dia do concelho.

A edição 2026 do Festival vai reunir em Tondela companhias e artistas de Portugal, Espanha, França, Bélgica e Moçambique, e celebra o percurso de criação do Trigo Limpo e das relações artísticas que o acompanharam, mantendo-se fiel à génese que o caracteriza através da diversidade de linguagens artísticas e da pluralidade de propostas para diferentes públicos

Nesta edição, os reencontros têm um lugar especial. Regressam companhias nacionais e internacionais, numa celebração da amizade alimentada através do teatro, como o Teatro Meridional, o Teatro O Bando, o Teatro das Beiras, mas também a companhia La Rous, de Espanha, Grupo de Teatro M'bêu Macarte, de Moçambique, e a companhia de Novo Circo O Último Momento, de França.

O cartaz abre também espaço à descoberta de novas companhias: as francesas Radio Cirque e Facile d'Excès apresentam-se pela primeira vez em Tondela, sendo que esta última se estreia em Portugal. Para Sandra Santos, responsável pela programação do FINTA e atriz do Trigo Limpo teatro ACERT, "a proximidade aos artistas deve continuar a conviver com a vontade de trazer alguma novidade ao público".

O aniversário da ACERT tem uma forte presença na programação, mas a identidade e essência do festival preserva-se. Como sublinha Sandra Santos, "continua a ser um festival para todos, com uma oferta cultural diversificada, onde o teatro se cruza com a música, a poesia, a manipulação de objetos, o novo circo e o clown".

A programação do FINTA 2026 reúne 15 espetáculos, seis aperitivos teatrais, uma exposição, uma conversa e o lançamento de três edições. Entre os espetáculos apresentados, incluem-se cinco estreias, das quais três são criações preparadas expressamente para assinalar os 50 anos do Trigo Limpo. É o caso de «Car12, à Bolina!», do Trigo Limpo, logo na abertura do Festival, e da "Ultranoite Galega", pela companhia espanhola Chévere no encerramento a 21 de novembro. A estas, junta-se o Grupo Tribal com "Onde Nascem as Asas", uma homenagem aos 50 anos da ACERT.

A ligação à comunidade prolonga-se no FINTA Fora de Portas, que leva dois espetáculos em digressão por lares, centros de dia e jardins de infância do concelho, num conjunto de set apresentações.

Espaço ainda para o lançamento de dois novos Cadernos de Teatro: "Chovem Amores na Rua do Matador", de Mia Couto e José Eduardo Agualusa, e "CirConferências", criado a partir de "As Conferências do Sr. Eliot", de Gonçalo M. Tavares, e "Dicotomias", de Hélia Correia. As publicações preservam a memória dos espetáculos e mantêm os textos disponíveis para novas leituras e possibilidades de criação.

Os bilhetes estão disponíveis em acert.bol.pt e na bilheteira da ACERT e está disponível um passe geral para os seis dias de espetáculos. O passe geral tem o valor de 25 euros e o bilhete diário 7,50 euros. Estão previstos os preços com o valor habitual (5 euros) para sócios, e desconto para jovens, estudantes, desempregados e reformados, e bilhete de famílias nos espetáculos para a infância. A programação do FINTA inclui, ainda, espetáculos de entrada gratuita, para que seja também um festival acessível a todos.

A formação "Clown Social" custa 20 euros para o público em geral e 15 euros para associados. Toda a informação adicional está disponível em acert.pt.

# BIBLIOTECA TOMAZ RIBEIRO DESAFIA ESCRITORES LOCAIS A DESLOCAREM-SE ÀS ESCOLAS DE TONDELA

A Biblioteca Municipal Tomaz Ribeiro, em Tondela, tem em mãos o projeto «À descoberta… das vozes da nossa terra», no qual são desafiados os escritores locais a deslocarem-se às escolas do concelho para partilharem as suas experiências no mundo dos livros e aproximarem a literatura da comunidade estudantil. "A presença dos autores nas escolas vai não só inspirar os alunos, como enriquecer o seu percurso educativo", justifica o Município em nota de imprensa



O projeto pressupõe a ida dos escritores às próprias salas de aulas, onde estes poderão apresentar as suas obras e partilhar o seu processo criativo, falar sobre a sua trajetória enquanto autores e os desafios que enfrentaram e ainda interagir com os estudantes e responder a questões que estes possam levantar sobre literatura e escrita.

Os escritores do concelho já foram contactados e desafiados a colaborar na iniciativa e alguns já aceitaram o repto, como são o caso de Joana da Rocha Mota, Inês Borges, Annaa Novo, Jorge Henriques Pereira, João Carlos Vale, Arménio Pereira e Joaquim Calheiros Duarte.